

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 150.^a Sessão Ordinária
Realizada em 15 de setembro de 1971 — (Quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Mugiatí Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Antônio Lopes Júnior, David Federmann, Francisco Escorsin, Igo Losso e Nivaldo Krüger (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção do Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Donde, ocorrido dia 7 de setembro, na cidade de União da Vitória.

Outrossim, requer que se dê conhecimento à família enlutada, através de expediente desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — Domicio Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

No forma do Regimento Interno e com a audiência do Plenário, o Deputado subscritor do presente requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Diób João Chede, ocorrido ontem, nesta Capital.

O extinto era comerciante altamente conceituado, cuja atividade exerceu por longos anos, tendo sempre presente o espírito humanista e carinhoso, razão pela qual deixa um grande círculo de amizades.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa dê-se ciência a família enlutada, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — Acyr José

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, reiterando apelo já formulado no sentido da regulamentação de grande número de servidores que se encontram prestando seus serviços a essa Secretaria, bem como os vencimentos em atraso sejam colocados em dia.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura, no sentido de autorizar, com a maior brevidade, a vacinação preventiva contra a aftosa, na região Sul do nosso Estado.

Nosso requerimento tem razão de ser em virtude de no vizinho Estado de Santa Catarina, fronteiro aquela região com nosso Estado, já ter sido tomado essa providência, em virtude de inúmeros casos constatados daquela doença.

Solicitamos pois essa medida, para que o nosso rebanho bovino não seja contaminado por aquela grave ameaça da aftosa.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja oficiado ao Senhor Secretário de Educação a fim de que se digne tomar providências no sentido de providenciar o pagamento das serventes Contratadas pelo Estado através das Inspetorias de Ensino, e não como se tem feito, em nome da primeira servente constante na lista da folha de pagamento.

Justifica-se o presente requerimento, porque as Inspetorias Regionais de Ensino são órgãos oficiais da Secretaria de Educação e devem possuir idoneidade suficiente para efetuar os referidos pagamentos; contrário, o pagamento feito em nome da primeira servente constante na folha tem gerado inúmeras dificuldades para o referido pagamento, bem como dificultado o trabalho das próprias Inspetorias.

Sala das Sessões, aos quatorze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta e um.

(a) — Wilson Brandão

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, considerando:

I — a necessidade de incentivar, cada vez mais, e com planificação o turismo em nosso Estado;

II — que Foz do Iguaçu representa para o Paraná o seu maior centro de atração turística;

III — a cidade de Foz do Iguaçu, no seu perímetro urbano, apresenta deficiências no setor urbanístico em geral, principalmente no que concerne ao tráfego de veículos;

IV — que o Governo Municipal se ressente de recursos financeiros, de sorte a poder suprir essas deficiências;

V — que o Governo do Estado já determinou a pavimentação asfáltica da ligação Foz do Iguaçu a Porto Meira;

Requer à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Sua Excelência o Governador Haroldo Leon Peres, pelo qual a Assembléia Legislativa iaria sugestão ao Chefe do Poder Executivo no sentido de estudar a realização de convênio entre a Administração Estadual e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, visando a concessão de auxílios financeiros destinados à pavimentação asfáltica das vias públicas principais daquela cidade, bem como a adoção de outras medidas com o objetivo de estabelecer melhores condições àquele centro de turismo.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — **Jorge Sato**
cados em disponibilidade?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental e após ouvido o Plenário, requer que a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa encaminhe ao Senhor Secretário de Agricultura, Senhor Carlos Osório, o seguinte pedido de informações:

- 1 — Quais os excedentes bovinos em liquidação?
- 2 — Por que estes animais se tornaram excedentes?
- 3 — O que será feito com o numerário arrecadado?
- 4 — Qual a idade, procedência e características dos reprodutores colocados?
- 5 — O Estado pretende adquirir reprodutores de melhor qualidade?
- 6 — Qual o plano de fomento à pecuária a ser adotado pelo Governo?

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — **Alvaro Dias**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Professor Haroldo Carvalhido, titular da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, no sentido de que o mesmo determine ao Centro de Pesquisas da SEC, que também faça empréstimos de filmes às escolas interioranas.

A razão desse apelo reside no fato de já estar sumamente provado o alto alcance pedagógico de referidos filmes, que hoje se constituem em instrumento bastante útil na difusão do ensino. Contudo, o Centro de Pesquisas só vem emprestando esses filmes educativos às escolas da Capital, motivo pelo qual se solicita a sua extensão para o Interior do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — **Alvaro Dias**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Que, anexo ao Grupo Escolar República do Uruguai, localizado no bairro do Cajuru, em Curitiba, funciona o Ginásio Maria Aguiar Teixeira;
2. Que, em função do elevado número de alunos, desde há algum tempo estão sendo construídas as instalações do prédio para o funcionamento definitivo do Ginásio, possibilitando-se, também, a implantação do 2.º ciclo Colegial no referido estabelecimento;

3. Que, o 2.o ciclo colegial virá de encontro a pretensão de inúmeros estudantes, não só pelo aumento do número de vagas como também as facilidades de locomoção dos mesmos, que residem em sua maioria no bairro do Cajuru;

4. Que, as referidas obras de construção do Ginásio, de março até a presente data, estão se desenvolvendo em ritmo de morosidade e, se persistir desta forma, não ensinará o funcionamento do 2.o ciclo colegial no próximo ano, por absoluta falta de espaço, fato que inevitavelmente irá provocar transtornos a centenas de estudantes,

Requeiro à Mesa, regimentalmente, officie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, solicitando que S. Exa. se digne determinar ao órgão competente as medidas urgentes e necessárias para o apressamento da construção do Ginásio Maria Aguiar Teixeira, solucionando, desta forma, o problema existente.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruet**

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

Não estando presente o Sr. Deputado Mauricio Fruet e não havendo mais oradores inscritos, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O Sr. João Mansur — (Peia ordem). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, nesta oportunidade, após ter tomado conhecimento do que houve na sessão de ontem, ocasião em que me encontrava ausente, fazer um apêlo ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, para que decline da palavra na tarde de hoje.

Entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que no calor dos debates, muitas vezes, companheiros nossos vão ao exagero. Segundo entendimentos que mantive com ambos os srs. Deputados, concordaram em dar por encerrado o incidente que houve na tarde de ontem. Conhecendo o espírito público do companheiro Rosário Pitelli, venho apelar a S. Exa. no sentido de que decline da palavra na tarde de hoje.

O SR. ROSALIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, em conversa com nosso eminente Líder João Mansur, S. Exa. fez-me um apêlo para que declinasse hoje da palavra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em razão disso, outra alternativa não me cabe senão aquela de atender à solicitação do eminente Líder João Mansur, pelo qual tenho profundo respeito e admiração, tendo em vista a lhanza do trato e a maneira cordial com que procura tratar aos Srs. Deputados.

Aproveito a oportunidade para pedir desculpas a todos se, em algum momento, no calor dos debates, tenha denegrido este Poder Legislativo, o qual já aprendi a estimar e a admirar.

Neste sentido, declino da palavra.

O Sr. João Mansur — Agradeço a V. Exa. e pode estar certo de que, com este gesto, V. Exa. somente se engrandece e engrandece esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 79-71, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, declara de utilidade pública a Associação das Damas Rotárias de Umuarama. Parecer da C.C.J. favorável. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Fundação Patobranquense do Bem Estar do Menor "FUNDABEM", com sede na Cidade de Pato Branco. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193-70, de autoria do Dep. Igo Iwant Losse, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Mandaguari, com jurisdição nos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 27-71, de autoria do Dep. Cândido Martins de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, Entidade Mantenedora da Escola Mercedes Stresser. — Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75-71, de autoria dos Deps. Cândido Martins de Oliveira e Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo, permutar com o Município de Itapejara D'Oeste, o lote de terreno que especifica. — Parecer Favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 314-70, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que denomina "Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes", o atual Hospital Infantil da Cidade de Paranaguá. Pareceres favoráveis — da C.C.J. e C.S.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 314/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado de "HOSPITAL INFANTIL DR. ANTONIO FONTES", o atual Hospital Infantil de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1970.

a) Nelson Buffara

JUSTIFICATIVA:

A proposição tem por finalidade prestar homenagem ao Dr. Antonio Fontes, médico radicado na cidade de Paranaguá por muitos anos e onde exerceu a profissão com alto sentido de solidariedade humana. Boa parte de sua atividade profissional foi utilizada como Diretor do estabelecimento hospitalar denominado de "Casa da Criança" hoje chamado Hospital Infantil. Nesse posto de administração, bem como no próprio atendimento aos pequenos em termos, revelou-se homem de grande bondade e capacidade médica. Parece, pois, justa a homenagem que este projeto de lei pretende conceder-lhe, e, por tais motivos esperamos que esta Casa o aprove.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 314-70

AUTOR: DEP. NELSON BUFFARA

SÚMULA: "Denomina "Hospital Infantil Dr. Antônio Fontes", o atual Hospital Infantil de Paranaguá".

PARECER

1) A Proposição ora em exame vem articulada e justificada, nos termos que dispõe o Regimento Interno.

2) Tal iniciativa não fere qualquer preceito de ordem constitucional, como também de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de maio de 1971.

aa) **WILSON BRANDÃO — Presidente**

SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — Relator

Mugiatti Filho, Arthur de Souza, Armando Queiroz, Igo Lasso, Emílio Carazzai, Cândido Manoel Martins de Oliveira.

PROJETO DE LEI N.º 314-70

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

AUTOR: Dep. Nelson Buffara

SÚMULA: "Denomina "HOSPITAL INFANTIL DR. ANTONIO FONTES", o atual Hospital Infantil de Paranaguá".

P A R E C E R

É muito justa a homenagem que o Deputado Nelson Buffara deseja prestar ao médico DR. ANTONIO FONTES, que por muitos anos prestou relevantes serviços à população de Paranaguá.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1971.

aa) **JOÃO CALIL FADER — Presidente**

MAURÍCIO FRUET — Relator

OVIDIO FRANZONI

DAVID FEDERMANN

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 76-71, de autoria do Dep. Marciano Baraniuk, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 76-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE UMUARAMA, sediada na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1971.

a) **MARCIANO BARANIUK**

JUSTIFICAÇÃO: A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando, desde a data de sua fundação — 24 de junho de 1963 — os mais assinalados serviços à sociedade de Umuarama, cumprindo, assim, os altos e humanitários objetivos a que se propôs, quais sejam: proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar e as necessidades da criança e da gestante. Por tais razões e por preencher todos os requisitos exigidos pela legislação que rege a espécie, acreditamos que esta Casa não deixará de acolher o presente projeto de lei, dispensando-lhe o necessário apóio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 76-71

AUTOR: Dep. Marciano Baraniuk

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Umuarama.

P A R E C E R

O Projeto em tela está devidamente justificado e documentado com a Certidão de Registro dos Estatutos no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos (6.º Distrito) de Curitiba e Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Umuarama pela qual se observa tratar-se de entidade filantrópica e que não tem fins lucrativos.

Verifica-se também que os membros da Diretoria nada percebem pecuniariamente.

Os Estatutos foram registrados em 19 de Setembro de 1964, e consequentemente a referida Associação possui mais de dois anos de fundação.

O mencionado projeto não fere qualquer preceito de ordem constitucional ou legal.

PROJETO DE LEI N.º 76-71

Quanto a sua oportunidade nada a opôr.

Em face das razões acima expedidas opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1971.

aa) **WILSON BRANDÃO — Presidente**

IGO LOSSO — Relator

ODILON REINHARDT

MUGGIATI FILHO

SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR

ACYR JOSÉ

CÂNDIDO MANOEL MARTINS DE OLIVEIRA

BORSARI NETTO

GILBERTO CARVALHO.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 137-71, de autoria do Dep. Wilson Fortes, declara de utilidade pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA). — Parecer favorável da CCJ. — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 137-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENORPA).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) **Wilson Fortes**

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional do Noroeste do Paraná tem por finalidade de incrementar o desenvolvimento do ensino superior e atividades culturais, como entidade mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavai, ou de outras instituições de caráter educacional que vierem a ser criadas naquele Município.

O presente Plano de Lei tem por escopo, numa medida justa e oportuna, o reconhecimento da utilidade pública dessa Instituição que, numa época em que os esforços governamentais estão voltados para a expansão educacional, tanto tem contribuído para o desenvolvimento do ensino, de modo efetivo e concreto, incrementando cursos superiores e atividades culturais e mantendo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras daquela progressista comuna paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 137_71

Autor: Dep. Wilson Fortes

Súmula: "Declara de utilidade pública a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná (FUNDENGORPA)".

P A R E C E R

1.) O Projeto vem articulado e justificado, em obediência ao que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno

2.) Referido Plano de Lei não fere qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa do autor.

3.) Nestas condições, somos pela sua aprovação.

SMJ, é o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º-9-71.

aa) Wilson Brandão — Presidente, Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, Odilon Reinhardt e Acyr José.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr José solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Diêb João Chede. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Dondeo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de regulamentação da situação de grande número de serventes que se encontram prestando serviços à Secretaria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente ao Sr. Governador do Estado no sentido de estudar a realização de convênio entre a Administração Estadual e a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Agricultura pedido de informações. — **Em discussão.**

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que o mesmo determine ao Centro de Pesquisas que também faça empréstimos de filmes às escolas interioranas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que aquele órgão determine medidas urgentes e necessárias para a construção do Ginásio "Maria Aguiar". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Muggiati Filho, constante de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial para verificar o problema da ferrugem dos cafeeiros paranaenses. — **Em discussão.**

O SR. JOÃO MANSUR — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nobre Deputado Muggiati Filho pede a constituição de uma Comissão Especial para tratar da ferrugem dos cafeeiros paranaenses. Nada mais justo e vem o Deputado Muggiati Filho mais uma vez demonstrar o seu interesse no cumprimento do seu dever de representação popular. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós temos

conhecimento de que também a Secretaria da Agricultura do Paraná, através dos seus órgãos técnicos, está procedendo estudos nesse sentido, porque ninguém desconhece a importância do café para a economia paranaense, e por que não dizer, para o Brasil.

Eu quero, nesta oportunidade, me congratular com o sr. deputado Muggiati Filho, mas sugerir que esta Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Paraná, a fim de que este trabalho não se disperse em diversas direções, se instale, mas se incorpore à Comissão de Técnicos da Secretaria da Agricultura, a fim de que os Parlamentares com assento nesta Casa, especialmente os homens do Norte do Paraná, aqueles que vivem mais de perto o problema da cafeicultura paranaense, possam dar também a sua contribuição a este assunto tão importante e que vem preocupando toda a população do Norte do Estado.

Assim, eu me permito sugerir ao nobre Deputado Muggiati Filho que se faça um adendo ao seu requerimento, que terá o apoio da nossa Bancada, o apoio incondicional no sentido de que esta Comissão organizada pelos srs. Deputados se incorpore à Comissão de Técnicos da Secretaria da Agricultura. Também já vem, pela ordem, o Secretário da Agricultura do Paraná, procedendo estes estudos e estes levantamentos, a fim de dar combate a este mal que tanto vem prejudicando a nossa cafeicultura.

Era o encaminhamento que queríamos fazer na tarde de hoje, com relação a este requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Muggiati Filho, para encaminhar a votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ouvimos com a necessária atenção o discurso que o eminente Líder da maioria, Deputado João Mansur, abaca de pronunciar.

Declinando das bondosas referências com que nos cumulou S. Exa., fruto natural de sua costureira fidalguia e amizade, gostaria de ponderar, acolhendo a ilustrada sugestão do nobre Líder, apenas o que se segue:

1.º — que de acôrdo com a justificativa do requerimento que ontem encaminhamos à Mesa, e que está em votação, pela importância da matéria, entendemos que esta Casa deva tratar do assunto permanentemente. Este foi o nosso principal objetivo, mas a sugestão do nobre Deputado João Mansur, inclusive vem esclarecer que o Secretário de Agricultura do Estado está realizando estudos neste sentido, e visa declarar que a Comissão Especial funcione incorporada à Comissão de Técnicos da Secretaria de Agricultura. É óbvio que esta comissão em princípio sugerida, a ser composta por 5 membros, que venha a dividir suas atribuições inclusive acompanhando e participando dos trabalhos da comissão técnica da Secretaria de Agricultura. Não vemos impedimento algum nisso, desde que exista a necessária boa vontade entre os membros desta Comissão e os Técnicos da Secretaria de Agricultura. Evidentemente, sem subordinação a qualquer uma delas. Não há que se cogitar, neste caso, de subordinação de Poderes Legislativo e Executivo; nem de subordinação de Comissão Especial da Assembléia Legislativa à Secretaria da Agricultura. Entendo perfeitamente aceitável e, porque não dizer, não só aceitável como merecedora da melhor acolhida a sugestão do eminente Líder, que vem cobrir uma parte que realmente faltava declarar, no pedido dessa Comissão Especial, para aqueles que examinam o problema ainda sob horizonte mais amplo.

De modo que, concordamos com o aditamento de que esta Comissão Especial, inclusive, além das suas atribuições regimentais, que não podem ser revogadas, inclusive, tenha parte ou que funcione toda ela, com relação ao problema, junto à Secretaria de Agricultura, em entendimento amplo

com todos aqueles que tenham a si o encargo do exame de tão importante assunto. Entendemos que em tempo algum a economia paranaense esteve sob tão grave ameaça como no presente. E, portanto, a idéia do nobre Deputado João Mansur, vem ainda em favor da conjugação de esforços de todos os setores da administração pública, que realmente é indispensável, ante um problema desta natureza.

Portanto, era o que nos cabia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordando com o aditivo do eminente Líder da Maioria.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o Requerimento do Deputado Muggiati Filho. — **Aprovado.**

Em vista da aprovação do Requerimento, solicito aos srs. Líderes a indicação dos integrantes da Comissão que, de acordo com o cálculo regimental, serão 4 da arena e 1 do MDB.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura, no sentido de autorizar a vacinação preventiva contra a aftosa, na Região Sul do nosso Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de providenciar o pagamento das serventes contratadas. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à

ORDEM DO DIA:

- 3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 193-70, 27-71, 75-71;
- 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 314-70, 76-71, 137-71;
- 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 182-70.

Levanta-se a sessão.